



Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Arquivo Nacional
Superintendência Regional no Distrito Federal
Coordenação de Monitoramento e Apoio à Gestão Executiva do SIGA
Divisão de Apoio à Gestão Executiva do SIGA

REGISTRO DE REUNIÃO

1. DADOS DA REUNIÃO

Data	Horário de Início	Horário de Término	Local
05/11/2025	9:00	12:00	Esplanada dos Ministérios, bloco K, no Salão Nobre do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, salão nobre.

2. PAUTA

- Distribuição de GSISTE’s;
- Atuação das unidades regionais do Arquivo Nacional;
- Integração entre projetos do MGI e o AN - Colaboragov;
- Apoio às contratações de serviços de gestão documental;
- Atualização do CCDD/TTDD - meio;
- Agenda de capacitação 2026.

3. PARTICIPANTES

Nome	Função no Siga	Órgão
Monica Lima e Souza	Presidenta da Comissão	Arquivo Nacional
Paola Rodrigues Bittencourt	Coordenadora do Siga	Arquivo Nacional
Djalma Mandu de Brito	Coordenador-Geral de Desenvolvimento e Análise de Instrumentos de Gestão de Documentos e Arquivos	Arquivo Nacional
Luiza Toletto Regadas Gusmão	Coordenadora-Geral de Gestão de Documentos	Arquivo Nacional
Fernando Matias da Costa	Coordenador de Monitoramento e Apoio à Gestão Executiva do Siga	Arquivo Nacional
Emanuela Cristina Dias Silva Bastos	Chefe da Divisão de Apoio à Gestão Executiva do Siga	Arquivo Nacional
João Marcus Wouk Okumura	Suplente	Advocacia-Geral da União
Rodrigo Damasceno Cavalcante dos Santos	Suplente	Banco Central do Brasil
Fernanda de Oliveira Cândido	Suplente	Controladoria-Geral da União
Geraldo Coelho de Oliveira Júnior	Presidente de Subcomissão	Ministério da Educação
Marco Aurélio Braga	Representante	MGI (SIG)
Alexandre Olimpio Barbacena	Suplente	Ministério da Ciência Tecnologia e Informação
Luciana Rodrigues Dutra	Presidente de Subcomissão	Ministério da Cultura
Nilsa Paulo de Azevedo	Presidente de Subcomissão	Ministério da Defesa
Eva Vilma Barbosa Soares	Presidente de Subcomissão	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviço Público
Eli Ximenes Da Silva	Representante	Ministério da Igualdade Racial

Nome	Função no Siga	Órgão
Camila Carvalho Corte	Suplente	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Rogério do Nascimento	Presidente de Subcomissão	Ministério da Justiça e Segurança Pública
Jemerson de Carvalho Silva	Representante	Ministério da Pesca e Aquicultura
Michelle Ribeiro Cortes de Souza	Presidente de Subcomissão	Ministério da Saude
Paulo André Pereira Brito	Representante	Ministério das Cidades
Fernando Franca e Gomes de Miranda	Presidente de Subcomissão	Ministério das Comunicações
Renato Jose Stancade Souza	Representante	Ministério das Relações Exteriores
Gleysielen Cardoso Neves	Presidente de Subcomissão	Ministério de Minas e Energia
Welder Almeida de Oliveira	Representante	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
Patricia Ferreira Costa Alves	Presidente de Subcomissão	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
José Márcio Álvares da Rocha	Suplente	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Bárbara Soares Santos	Presidente de Subcomissão	Ministério do Trabalho e Emprego
Mayara Nunes de Castro do Vale	Suplente	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Rivaldo Cadete Imbeloni	Presidente de Subcomissão	Presidência da República

Não compareceram à reunião os representantes do:

- Ministério da Agricultura e Pecuária
- Ministério da Fazenda
- Ministério da Previdência Social
- Ministério das Mulheres
- Ministério de Portos e Aeroportos
- Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
- Ministério do Esporte
- Ministério do Planejamento e Orçamento
- Ministério do Turismo
- Ministério dos Povos Indígenas
- Ministério dos Transportes
- SISP

4. REUNIÃO

A reunião foi aberta com as palavras de saudação da Presidenta do Siga, Sra. Mônica Lima, dirigidas aos presentes. Em sua fala inicial, destacou que o ano de 2025 foi marcado por diversos desafios e importantes realizações. Entre elas, ressaltou a criação dos escritórios regionais do Arquivo Nacional nas cidades de Porto Alegre (região Sul), Manaus (região Norte) e Salvador (região Nordeste). Acrescentou que, na região Sudeste, já se encontra a sede do Arquivo Nacional, localizada no Rio de Janeiro, e, na região Centro-Oeste, a Superintendência do AN no Distrito Federal.

A Presidenta enfatizou que essas iniciativas consolidam a presença institucional do Arquivo Nacional em todas as regiões do país, fortalecendo sua atuação e ampliando o diálogo com os diferentes territórios. Informou que cada escritório regional contará, inicialmente, com três servidores: um chefe e dois servidores em funções de assessoramento. Ressaltou que, embora exista a perspectiva futura de atuação no recolhimento de acervos, essa etapa será planejada com cautela. No momento, os escritórios regionais exercerão papel fundamental como instâncias de orientação, apoio e articulação local, buscando atuar da maneira mais eficaz e efetiva possível.

Em seguida, a Presidenta passou a palavra à Coordenadora do Siga, Sra. Paola Bittencourt, destacando seu papel central na condução das ações técnicas e estratégicas relacionadas à gestão documental.

A Coordenadora iniciou sua fala agradecendo a presença de todos e informou que, algumas semanas antes, realizou uma consulta aos membros da Comissão para identificar pontos relevantes a serem incluídos na pauta. Acrescentou que, além das sugestões recebidas, foram incorporadas demandas decorrentes das discussões mantidas com os ministérios ao longo dos últimos meses.

Antes de iniciar o primeiro ponto de pauta, a Sra. Paola Bittencourt fez um apelo aos(as) presidentes e suplentes das Subcomissões de Coordenação, solicitando que intensifiquem a articulação com as unidades seccionais do Siga. Explicou que essa orientação decorre da identificação de fragilidades na comunicação entre as unidades setoriais e seccionais, especialmente evidenciadas durante as ações realizadas no Estado do Rio Grande do Sul. Relatou que, em diversas situações, instituições locais informaram não ter recebido orientações encaminhadas previamente pelo Arquivo Nacional aos ministérios. Reforçou que, conforme a lógica de funcionamento do Siga, as unidades seccionais são vinculadas às unidades setoriais, o que implica corresponsabilidade entre elas.

A Coordenadora destacou que o órgão central tem buscado envolver mais ativamente as unidades setoriais nas ações desenvolvidas junto às seccionais. Como exemplo, citou a atuação do Ministério da Saúde em relação à Anvisa durante as ocorrências no Rio Grande do Sul, caracterizada por acompanhamento constante, monitoramento e cooperação exemplares. Reconheceu que o volume de trabalho é significativo e que a

responsabilidade dos setoriais é ampla, englobando tanto a gestão documental interna quanto o acompanhamento das unidades seccionais vinculadas. Ainda assim, reforçou que essa é a dinâmica de funcionamento do Siga: o órgão central acompanha os setoriais, e estes monitoram os seccionais.

Ao final, solicitou a colaboração e o empenho dos(as) presidentes das subcomissões para fortalecer esse papel de articulação, evitando que o Arquivo Nacional atue de forma isolada junto às unidades seccionais. Enfatizou que o trabalho conjunto e cooperativo é fundamental para assegurar a eficiência e a integração das ações do Sistema.

Na sequência, a Sra. Paola Bittencourt apresentou o primeiro ponto de pauta, referente à distribuição das gratificações GSISTE. Informou que o tema foi incluído devido ao elevado número de demandas recebidas pelo Arquivo Nacional. Esclareceu que compreende plenamente as solicitações apresentadas, mas destacou que, na maioria dos casos, tem sido necessário responder negativamente devido às limitações do quantitativo disponível. Reforçou a importância de que as gratificações sejam destinadas exclusivamente a servidores que atuam efetivamente na gestão de documentos, evitando desvios de finalidade.

A Coordenadora explicou que o principal entrave reside no número limitado de gratificações, observando que, no âmbito do Governo Federal, nenhuma dotação desse tipo é ilimitada. Informou que o número elevado de GSISTE sob responsabilidade do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) decorre do programa ColaboraGov, que atende a treze ministérios.

Comunicou também que a Portaria de Distribuição de GSISTE será revisada com base na Portaria de Atividades Críticas do Siga. Explicou que a gestão anterior do Arquivo Nacional optou por não revisar essa normativa, mas que a atualização completa das atividades críticas e do quantitativo de GSISTE será realizada brevemente, de forma a alinhá-la às necessidades atuais do Sistema. Alertou que, durante o processo de revisão, alguns ministérios poderão ter redução no número de gratificações, enquanto outros poderão ser contemplados com aumento, conforme critérios técnicos e operacionais. Ressaltou que, no momento, não há possibilidade de ampliação do total de GSISTE disponíveis, exigindo redistribuição equilibrada entre os órgãos.

A Coordenadora solicitou ainda que os(as) presidentes e suplentes não deixem de responder aos levantamentos encaminhados pelo Arquivo Nacional, reiterando que essa tem sido uma das principais dificuldades enfrentadas. Informou que os dados enviados pelos órgãos são essenciais para fundamentar pleitos de aumento do quantitativo de gratificações. Ressaltou que necessita dessas informações para elaborar estratégias, realizar planejamento e subsidiar solicitações formais ao MGI.

Esclareceu que alguns órgãos seccionais têm procurado diretamente o Arquivo Nacional solicitando gratificações e reforçou que a orientação permanece inalterada: o Arquivo Nacional não concede GSISTE diretamente a órgãos seccionais. A distribuição ocorre exclusivamente aos órgãos setoriais, cabendo às unidades seccionais negociar suas necessidades junto ao respectivo setorial. Solicitou que essa orientação seja reforçada nas reuniões das subcomissões, a fim de evitar encaminhamentos indevidos e expectativas que não possam ser atendidas.

A Coordenadora, então, abriu a palavra aos membros da Comissão.

O representante do Ministério da Educação, Sr. Geraldo Coelho, manifestou preocupação com o monitoramento da distribuição das GSISTE no MEC. Relatou que, com frequência, as gratificações têm sido utilizadas para atender demandas emergenciais do Ministério, sendo destinadas à atração de servidores para áreas que não são necessariamente de gestão de documentos, o que caracteriza desvio de finalidade. Destacou a necessidade de criação de mecanismos de fiscalização capazes de prevenir esse tipo de uso inadequado.

O Sr. Geraldo Coelho acrescentou que a discussão sobre quantitativos deve considerar critérios de equidade, especialmente diante da dimensão da Subsiga/MEC e da quantidade de entidades vinculadas. Informou que surgiu um novo desafio com a inclusão da EBSERH — órgão singular da Subsiga/MEC que reúne 45 hospitais universitários — cuja política arquivística também precisará ser monitorada. Explicou que, além das 117 entidades já acompanhadas, será necessário incorporar esses hospitais ao escopo de atuação. Finalmente, comunicou que será realizada nova reunião, com participação do Sr. Djalma Mandu, para definir como esse processo será organizado.

A Coordenadora reforçou que um dos objetivos de incluir o tema na pauta era promover o conhecimento sobre a realidade dos demais ministérios. Reiterou que compreende as demandas apresentadas, mas enfatizou que, para que o Arquivo Nacional possa atuar, é imprescindível que os levantamentos solicitados sejam enviados tempestivamente, uma vez que, em diversas ocasiões, o órgão central tenta realizar o mapeamento, mas não recebe retorno. Relatou que, diante dessas lacunas, foi necessário realizar levantamento manual, com pesquisa individualizada no Diário Oficial da União. Reforçou que, se os ministérios puderem mapear internamente onde estão alocadas as gratificações distribuídas em suas estruturas, isso contribuirá significativamente para que o Arquivo Nacional trace estratégias e dialogue com a Secretaria-Executiva sobre possibilidades de redistribuição.

O Coordenador de Monitoramento e Apoio à Gestão Executiva do Siga (COAGS), Sr. Fernando Matias, informou que a unidade foi criada em 2024 e que, desde então, passou a monitorar a concessão e a revogação das GSISTE, cujos dados estão disponíveis no Painel BI do Siga. Explicou que, ao analisar o painel, é possível identificar gratificações não concedidas, ou seja, aquelas distribuídas pelo Arquivo Nacional aos ministérios, mas que não foram efetivamente utilizadas. Destacou que a COAGS mantém esse controle diário desde 2024 e que, mesmo antes disso, houve esforço para organizar os dados, especialmente após a publicação da Portaria nº 300, que determinou aos órgãos o encaminhamento do levantamento de postos de trabalho.

O Sr. Fernando Matias ressaltou que esse levantamento foi fundamental para identificar possíveis desvios na aplicação das gratificações, como o caso relatado pelo representante do MEC. Observou, contudo, que, após certo período, os órgãos deixaram de encaminhar essas informações. Informou que o Arquivo Nacional está finalizando minuta de nova portaria para restabelecer esse levantamento. Explicou que, com a sistemática atual, o Arquivo Nacional consegue captar apenas os dados publicados no Diário Oficial da União, que informam somente o nome do servidor designado, sem detalhar se o servidor é arquivista ou se atua na área de gestão de documentos. Assim, o levantamento de postos de trabalho torna-se indispensável para identificar desvios e garantir a adequada destinação das gratificações. Ressaltou que a nova portaria deverá ser publicada em breve e enfatizou a importância de que os ministérios se empenhem no envio das informações solicitadas.

Na sequência, a arquivista do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Sra. Patrícia Alves, questionou como o Arquivo Nacional pretende realizar a redistribuição das GSISTE e quais serão os critérios adotados. Observou que muitos ministérios não possuem arquivistas em seus quadros de pessoal, e que, nesses casos, a GSISTE tem sido um instrumento importante para atrair profissionais especializados. Alertou que a retirada de gratificações de órgãos que vêm desenvolvendo um bom trabalho pode ser percebida como desvalorização dos esforços realizados. Sugeriu avaliar a possibilidade de converter gratificações de serviços gerais em gratificações do Siga, mencionando que, em alguns órgãos, existem gratificações do SISG não ocupadas. Propôs, ainda, que essa discussão fosse levada às instâncias superiores de decisão.

A representante do Ministério de Minas e Energia, Sra. Gleysielen Neves, reforçou que a existência de cargos de arquivista no órgão deve ser considerada como critério relevante. Argumentou que, quando o ministério não possui arquivistas em seu quadro permanente, a GSISTE deveria ser direcionada prioritariamente para suprir essa lacuna, independentemente do grau de maturidade do órgão na gestão documental.

O representante suplente da Advocacia-Geral da União, Sr. João Marcos, manifestou preocupação quanto ao processo de revisão dos critérios de distribuição. Ressaltou a necessidade de evitar a perpetuação de práticas recorrentes no serviço público, como premiar órgãos que apresentam baixa eficiência em detrimento daqueles que demonstram desempenho consistente. Destacou que órgãos com bons resultados não devem ser preteridos sob o argumento de que “já estão avançados”, enquanto aqueles com menos maturidade sejam automaticamente priorizados. Defendeu que os critérios adotados sejam objetivos e transparentes, de modo a garantir equidade e compreensão por parte de todos os envolvidos.

A Presidenta do Siga agradeceu as contribuições e ressaltou que o objetivo de trazer o tema à pauta era justamente aprofundar um debate já em curso internamente.

A Coordenadora acrescentou, em relação à sugestão apresentada pela Sra. Patrícia Alves, que considera pouco viável retirar gratificações de outro sistema para transferi-las ao Siga. Explicou que as discussões internas têm se orientado no sentido de solicitar ampliação do quantitativo de gratificações, embora ainda não haja definição quanto à origem desses recursos. Ressaltou que é delicado propor a retirada de gratificações do SISG para realocá-las ao Siga, especialmente porque o SISG exerce atividades que dialogam diretamente com o Sistema — como a gestão de protocolos. Afirmou que a questão é sensível e precisará ser aprofundada.

Sobre os critérios de distribuição — tema levantado pelo Sr. João Marcos — a Sra. Paola Bittencourt destacou que este tem sido um dos pontos mais recorrentes nas discussões. Reconheceu que existe o dilema entre priorizar órgãos com menor maturidade e evitar que órgãos com desempenho consolidado sejam prejudicados. Ressaltou que a coordenação tem se comprometido a basear a distribuição em dados concretos, e não em percepções subjetivas. Explicou que os levantamentos realizados não têm como objetivo criar rankings punitivos, mas subsidiar decisões equilibradas e fundamentadas. Enfatizou que o desafio é encontrar um caminho que permita fortalecer órgãos que necessitam avançar sem prejudicar o desempenho de órgãos que já apresentam maturidade elevada.

A Coordenadora observou que um ponto discutido pode ser relevante: a situação dos órgãos que não possuem arquivistas em seus quadros. Destacou que muitos servidores têm formação em Arquivologia, mas não ocupam cargos específicos de arquivista, desempenhando, assim, atividades em desvio de função. Nesses casos, a GSISTE funciona como incentivo necessário para o exercício de atividades especializadas em gestão documental além das atribuições formais do cargo.

A representante do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Sra. Camila Corte, sugeriu a implementação de monitoramento do desempenho dos servidores que recebem GSISTE, de modo a garantir justiça e evitar que servidores que realizam bom trabalho sejam prejudicados em processos futuros de distribuição ou revisão das gratificações.

A Presidenta do Siga informou que o Arquivo Nacional não dispõe atualmente de informações detalhadas sobre o desempenho individual dos beneficiários da GSISTE. Destacou que a inclusão do tema na pauta visa justamente promover maior transparência, ressaltando a importância de sistematizar e registrar informações sobre as atividades desempenhadas pelos servidores agraciados, em consonância com diversas sugestões apresentadas ao longo da reunião.

Uma representante da CCSiga indagou sobre a possibilidade de realizar levantamento junto aos órgãos para identificar quem recebe GSISTE e quais atividades executa, com vistas a fortalecer o monitoramento do uso das gratificações. A Coordenadora respondeu que essa possibilidade está em análise. Explicou que, anteriormente, as gratificações eram concedidas diretamente pelo diretor do Arquivo Nacional, o que facilitava o controle e permitia conhecimento mais próximo sobre o trabalho dos beneficiários, especialmente porque, à época, o quantitativo era bastante reduzido. Acrescentou que, naquele período, apenas presidentes e suplentes das comissões recebiam a gratificação, sendo obrigados a apresentar relatórios trimestrais sobre suas atividades.

A Coordenadora afirmou que existe a possibilidade de retomar os relatórios trimestrais, mas que é necessário avaliar cuidadosamente como esse mecanismo será estruturado. Observou que a retomada dos relatórios poderá oferecer maior clareza sobre possíveis desvios, possibilitando identificar situações em que a GSISTE é concedida a servidores que não atuam nas atividades específicas do Sistema. Informou ainda que o tema será contemplado na atualização da portaria de atividades críticas, que estabelecerá a obrigatoriedade de que o servidor beneficiário esteja efetivamente desempenhando o conjunto de atividades consideradas essenciais para o Sistema.

Paola apresentou os dois pontos seguintes da pauta, informando que haviam sido sugeridos pelo Ministério de Minas e Energia (MME), e solicitou que a representante do Ministério realizasse a exposição.

A representante do MME esclareceu que recorrentemente enfrenta dificuldades na compreensão dos encaminhamentos a serem adotados, sobretudo em razão da evolução dos sistemas atualmente utilizados, como o SEI — conduzido no âmbito do PEN —, bem como de outros projetos coordenados pelo Arquivo Nacional, a exemplo do SIGAD-BR, desenvolvido em parceria com a Dataprev.

Relatou, ainda, que em interlocuções com outros profissionais da área de Arquivologia são frequentes as incertezas quanto aos rumos da gestão documental no âmbito do Poder Executivo Federal. Nesse contexto, mencionou questionamentos recorrentes, tais como: a eventual dependência permanente do SEI para o enfrentamento de questões estruturais, incluindo a implementação do RDC-Arq; a definição de qual solução será priorizada; e a delimitação das funcionalidades a serem desenvolvidas pelo Arquivo Nacional ou pelo SEI. Destacou, por fim, a existência de dúvidas quanto à aplicabilidade e à futura integração do SIGAD-BR aos sistemas em uso.

A representante destacou que, durante o recente encontro nacional do PEN, muitos participantes demonstraram apreensão, uma vez que as apresentações misturaram terminologias da administração pública, da tecnologia da informação e da arquivologia, o que dificultou o entendimento. Ressaltou que a perspectiva arquivística deveria ser central nas discussões sobre o SEI e lembrou que, quando o sistema foi criado no TRF4, não contou com participação de arquivistas, o que explica a ausência inicial de funcionalidades de gestão documental — reivindicadas desde 2015, quando o SEI passou a ser adotado pelo Executivo Federal.

Continuando, afirmou sentir-se desorientada diante da condução paralela de diferentes projetos. Observou que algumas apresentações acabam distorcendo elementos essenciais da prática arquivística, transmitindo a impressão de que determinados desenvolvimentos priorizam exclusivamente uma visão tecnológica, sem integração adequada com os fundamentos da arquivologia. Disse que essa percepção causa estranhamento, especialmente no contexto atual, com o Arquivo Nacional vinculado ao MGI.

Como exemplo, citou evoluções do Tramita.gov.br, do Protocolo Gov.br e do SEI, as quais, embora relevantes, por vezes desconsideram requisitos fundamentais da gestão arquivística. Ressaltou a dificuldade dos profissionais em acompanhar o Arquivo Nacional desenvolvendo soluções em uma direção e o SEI avançando em outra — ainda que paralela — sem plena convergência entre os projetos.

Expressou também preocupação com a continuidade do uso do SEI, tendo em vista a inexistência, até o momento, de um projeto que assegure migração segura de dados e documentos. Considerando essa permanência, questionou se será possível modificar o *core* do SEI para implementar melhorias que não podem ser atendidas por meio de módulos, mas que são necessárias para cumprir requisitos essenciais do e-ARQ.

Concluiu reafirmando sentir-se desorientada diante dessa fragmentação de iniciativas e da falta de clareza sobre esses caminhos.

O segundo ponto apresentado pela representante tratou das contratações. Ela recordou que o Arquivo Nacional, em parceria com a Central de Compras, havia iniciado o desenvolvimento de projetos voltados a apoiar os órgãos nesse tema. Observou, contudo, que tais iniciativas foram recebidas com resistência por parte da comunidade arquivística e, nesse contexto, acabaram não avançando.

Na sequência, destacou que não é possível aguardar a criação de novos cargos ou a contratação de arquivistas para solucionar os problemas estruturais enfrentados pelos órgãos. Por esse motivo, ressaltou a importância de retomar aquele projeto, ainda que com adaptações, de modo que o Arquivo Nacional possa apoiar na elaboração de Termos de Referência, licitações e contratações de maior complexidade.

A representante explicou que, na realidade atual, muitos órgãos dependem de contratações de postos de trabalho, considerando que grande parte das atividades é executada por equipes terceirizadas. Além disso, há demandas específicas que exigem contratações voltadas ao tratamento, identificação ou outras ações necessárias para enfrentar a massa documental acumulada — desafio já enfrentado repetidas vezes na Esplanada, quase sempre com grande dificuldade.

Nesse contexto, questionou de que forma esses serviços podem ser descritos contratualmente de modo a permitir a cobrança efetiva de resultados e padrões mínimos de qualidade. Acrescentou que, diante do quantitativo atual de servidores e do modelo de trabalho adotado com terceirizações, os órgãos não têm condições de avançar significativamente sem um apoio técnico mais estruturado do Arquivo Nacional.

Ressaltou ainda que todos os órgãos, de alguma forma, têm recorrido a contratações — seja para complementar equipes de trabalho, seja para apoiar o tratamento de acervos acumulados ou para contratação de serviços de digitalização, quando aplicável. Entretanto, todos enfrentam a mesma dificuldade central: como estruturar contratações que assegurem a execução adequada dos serviços, considerando que as empresas contratadas têm foco natural em resultados financeiros.

Diante desse cenário, reforçou a necessidade de um apoio técnico especializado do Arquivo Nacional. Sugeriu, inclusive, a avaliação da viabilidade de um modelo de contratação centralizada, articulado pela Central de Compras, nos moldes de iniciativas já existentes, como o Almoxarifado Virtual. Como alternativa, apontou a possibilidade de elaboração de uma ata de registro de preços ou instrumento equivalente, que permita aos órgãos aderirem com maior facilidade e segurança técnica.

A coordenadora do Siga iniciou sua fala esclarecendo aspectos relacionados à articulação entre os projetos do Arquivo Nacional e o sistema SEI. Informou que, até 2023, o AN não integrava a estrutura do MGI, passando a vincular-se a esse ministério apenas a partir de janeiro daquele ano. Destacou que essa mudança institucional contribuiu para tornar a articulação mais ágil, especialmente junto à SEGES, unidade responsável pela coordenação do sistema SEI.

Ressaltou que, mesmo quando o Arquivo Nacional estava vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), isso não impediu sua participação ativa em etapas relevantes do desenvolvimento do SEI. O AN acompanhou de perto o processo de concepção do módulo de gestão documental, que havia perdido ritmo ao longo dos anos e foi retomado recentemente. Com a migração para o MGI, o diálogo institucional foi significativamente fortalecido. Isso ocorre porque os sistemas passam a estar integrados sob a mesma estrutura ministerial e o Arquivo Nacional se encontra no mesmo nível hierárquico da secretaria responsável pelo SEI, o que amplia a capacidade de articulação e favorece negociações e alinhamentos estratégicos.

Ao tratar do SIGAD, a coordenadora esclareceu que o sistema em desenvolvimento pelo Arquivo Nacional atenderá obrigatoriamente aos requisitos do e-ARQ. A liderança técnica do projeto está sob responsabilidade de Claudia Lacombe, que apresentou o SIGAD-BR no Seminário e que coordenou, durante muitos anos, a Câmara Técnica responsável pela elaboração das duas versões do e-ARQ. Por essa razão, não é coincidência sua atuação à frente do desenvolvimento do sistema.

Pontuou que o SIGAD-BR não substitui o SEI, uma vez que não é voltado à produção de documentos ou processos administrativos — funções inerentes ao SEI. O SIGAD-BR se integra ao sistema de negócio da instituição, gerenciando os documentos arquivísticos ao longo de todo o seu ciclo de vida até a destinação final. Assim, enfatizou que não há competição entre SEI e SIGAD, mas complementaridade.

A coordenadora informou ainda que, desde o início de 2024, a diretora Mônica Lima tem concedido autonomia ao Arquivo Nacional para dialogar diretamente com outras secretarias do MGI sobre temas estratégicos. Entre esses temas, encontra-se a elaboração de normativa específica sobre procedimentos de protocolo adequados à realidade do SEI. Explicou que muitos dos problemas identificados no uso do sistema decorrem de falhas procedimentais, e não de limitações técnicas do SEI.

Reforçou que a Portaria Interministerial nº 1.677, elaborada conjuntamente pelo AN e pelo então MPOG, permanece como base normativa do SEI, não podendo ser desconsiderada. No entanto, reconheceu que o SEI possui demandas que extrapolam o escopo dessa portaria, razão pela qual está sendo estudada a possibilidade de publicação de uma instrução normativa ou orientação conjunta entre o Arquivo Nacional e a SEGES para tratar especificamente dos procedimentos de uso do sistema.

Concluiu destacando que o Arquivo Nacional tem aproveitado sua posição dentro do MGI para fortalecer a interlocução com a SEGES, contribuindo para que o SEI seja utilizado de maneira mais adequada e alinhada às diretrizes arquivísticas.

Na sequência, Marco Braga, representante do SISG, que está na SEGES, registrou a preocupação apresentada e destacou o histórico de colaboração existente entre a secretaria e o Arquivo Nacional. Como exemplos, mencionou a Portaria nº 1.677, a normativa sobre o Número Único de Protocolo (NUP), a Portaria do Protocolo Integrado e, mais recentemente, a entrega conjunta do script de conversão.

Em relação ao repositório arquivístico, esclareceu que o SEI não tem a finalidade de desenvolver um repositório próprio. No âmbito do PEN, o trabalho atualmente em curso concentra-se no aprimoramento do módulo de gestão documental, com destaque para melhorias no processo de empacotamento de arquivos destinados ao envio ao Arquivo Nacional. Informou, ainda, que o PEN tem buscado envolver o Arquivo Nacional em todas as discussões relativas aos produtos em desenvolvimento, de modo a garantir maior alinhamento técnico.

A coordenadora do Siga explicou que, em relação às contratações de pessoal para atuar na gestão de documentos, esse tema ganhou força em 2022, especialmente nas discussões com a Central de Compras. Naquele período, ela havia recém-assumido a coordenação de normatização e recebeu diversos documentos para análise, com a demanda de elaborar notas técnicas sobre cada um deles. O primeiro documento encaminhado foi o Termo de Referência referente ao modelo de guarda terceirizada de documentos, que originou a primeira solicitação formal de nota técnica.

Relatou que elaborou a respectiva nota técnica, cujo conteúdo não atendeu às expectativas da Central de Compras, pois apresentou posicionamento contrário à guarda terceirizada de documentos públicos — prática que contraria as normativas e resoluções do Conarq. Como arquivista e responsável técnica, afirmou que não poderia emitir um parecer que conferisse legitimidade a tal modelo.

Após o envio da nota técnica, as tratativas com a Central de Compras foram interrompidas. O entendimento inicial era de que a manifestação contrária — amparada na legislação — seria apenas a primeira etapa, seguida da construção de modelos de contratação aderentes às normas arquivísticas. No entanto, nenhuma das etapas subsequentes avançou.

A Sra. Paola Bittencourt informou que, no momento, o tema voltou a ser discutido, inclusive porque a demanda tem sido reiterada por diversos órgãos, inclusive no âmbito do próprio MGI. Contudo, ainda não há definição sobre o encaminhamento a ser adotado.

Uma das alternativas em avaliação é a criação de um grupo de trabalho no âmbito da Comissão de Coordenação, dedicado exclusivamente à análise desses documentos, de modo que o modelo resultante seja padronizado e aprovado pelo colegiado, garantindo maior segurança técnica, jurídica e normativa. Paola Bittencourt acrescentou que pode ser agendada uma reunião específica para tratar exclusivamente deste assunto.

No que se refere ao sistema SEI, o Sr. Djalma Mandu ressaltou que é amplamente reconhecida a necessidade de atualizações contínuas dos instrumentos de gestão de documentos, especialmente do código de classificação e da tabela de temporalidade. Observou que, atualmente, essas atualizações são realizadas de forma manual no sistema, o que eleva o risco de inconsistências e erros operacionais. Diante desse cenário, surgiu a proposta de automatizar esse procedimento. Informou, ainda, que o Arquivo Nacional já havia disponibilizado uma solução inicial em seu sítio eletrônico, na área de Orientação Técnica, acompanhada de instruções de uso e de uma planilha específica para importação dos dados.

O Sr. Marco Braga explicou que esse material serviu de referência para o desenvolvimento, pela SEGES, do script de conversão, ferramenta que permite a equivalência automática entre códigos dentro do SEI. Informou que há scripts disponíveis tanto para conversão da Resolução nº 14 para a Portaria nº 174, quanto da Portaria nº 47 para a Portaria nº 174. Dessa forma, órgãos que ainda utilizam a Resolução nº 14 poderão migrar diretamente para a norma vigente, e aqueles que adotam a versão intermediária também poderão atualizar seus instrumentos com facilidade.

Mencionou, ainda, que foi identificada uma limitação no SEI: o campo de descrição dos códigos permite apenas 500 caracteres, enquanto alguns códigos ultrapassam esse limite. Disse que a equipe técnica já está realizando os ajustes necessários, e que a versão atualizada do script deverá ser publicada na próxima semana, com ampla divulgação.

Informou que para utilizar a atualização, basta acessar o site do Processo Eletrônico e realizar o download dos arquivos. A equipe de TI do órgão pode executar a rotina diretamente no SEI, gerando uma tabela de equivalência que deverá ser avaliada pela equipe de gestão documental. Após a validação, a nova tabela poderá ser incorporada como instrumento oficial no sistema.

O Sr. Braga enfatizou que essa atualização não implica adesão formal: o procedimento é simples e exige apenas o download e a execução do arquivo no SEI, permitindo seu funcionamento imediato após a incorporação.

O Sr. Rodrigo Damasceno, do Banco Central do Brasil, perguntou se, para os órgãos que não utilizam o SEI, o arquivo disponibilizado também será útil e se a tabela do “*de-para*” continuará existindo.

O Sr. Marco Braga respondeu que o script automatiza exatamente a planilha desenvolvida pelo Arquivo Nacional. Como se trata de um recurso baseado em banco de dados, ele funciona diretamente no SEI. Para outros sistemas — como o utilizado pelo Banco Central, ou qualquer outro órgão que não utilize o SEI — cada instituição deverá adaptar a solução ao seu próprio sistema, pois o script foi projetado especificamente para o banco de dados do SEI.

O Sr. Djalma Mandu complementou afirmando que a intenção é manter a atualização contínua da planilha, justamente porque ela também é utilizada por outros sistemas além do SEI. Ele reforçou que, embora a integração atual esteja voltada ao SEI, nada impede que cada instituição faça ajustes ou aprimoramentos conforme suas necessidades.

Destacou ainda que a atualização dos instrumentos de gestão é um processo permanente: sempre que forem identificadas novas necessidades de alteração, o Arquivo Nacional fará as atualizações necessárias, sem prazos rígidos, conforme a evolução das demandas e dos instrumentos normativos.

A Sra. Paola Bittencourt passou para a última pauta da reunião: a agenda de capacitação do próximo ano. Ela reforçou a importância de que todos, além de acompanharem atentamente a agenda, divulguem as ações de capacitação entre as unidades seccionais, já que os cursos geralmente possuem número limitado de vagas e costumam esgotar rapidamente. Pediu que incentivem a participação dos servidores. Em seguida, convidou a servidora Luiza Regadas para apresentar a pauta.

A Sra. Luiza Regadas cumprimentou os presentes e se apresentou: é arquivista, recém-empossada como coordenadora responsável pela Coordenação-Geral de Gestão de Documentos. Antes de tratar da capacitação, fez uma observação sobre a pauta referente aos termos de referência. Explicou que ainda não há uma padronização concluída para esses documentos, mas que a equipe tem atuado de forma pontual, prestando orientação técnica aos órgãos na elaboração dos termos de referência e, posteriormente, no acompanhamento da supervisão dos trabalhos. Mencionou que a equipe também analisa relatórios parciais e finais e realiza visitas técnicas. Reforçou que o Arquivo Nacional não pode orientar diretamente empresas terceirizadas, mas pode orientar os órgãos na supervisão. Solicitou que as demandas sejam encaminhadas via SOT, para que a equipe possa apoiar adequadamente.

Sobre a agenda de capacitação, a Sra. Luiza Regadas informou que revisou a pauta apresentada na reunião de abril e destacou que quase todas as ações planejadas para o ano foram executadas — exceto uma atividade prevista para o Rio Grande do Sul, que não pôde ser realizada por diversos fatores, entre eles a redução da equipe. Ressaltou ainda que 2025 foi um ano de intensa demanda de capacitação.

Relatou as ações realizadas ao longo do ano, destacando a Oficina de Classificação e Eliminação realizada em Belém; a Oficina de Identificação de Documentos Digitais, promovida em Salvador durante a inauguração da unidade regional; e a Oficina de Elaboração de Instrumentos Técnicos, realizada em Brasília com a equipe do Sr. Djalma Mandu. Explicou que a proposta para 2026 é aproveitar a estrutura das regionais e repetir o modelo de levar oficinas aos estados, aproximando a capacitação dos servidores. Ressaltou que o planejamento ainda está em andamento.

Solicitou que, caso os órgãos tenham sugestões de cursos que ainda não foram ofertados e que atendam a necessidades reais dos servidores, encaminhem essas propostas via SOT.

A Sra. Luiza Regadas destacou um ponto de atenção: muitos servidores inscritos nas oficinas acabam não conseguindo participar dos cursos por falta de apoio institucional, especialmente em relação a passagens e diárias. Mesmo com listas de espera em todas as turmas, ainda ocorre ausência de última hora, o que impede a ocupação de vagas. Em oficinas realizadas no Rio de Janeiro, por exemplo, a equipe tenta preencher as vagas remanescentes com servidores da própria localidade, mas já houve casos em que, mesmo assim, não foi possível completar as turmas.

Ressaltou a necessidade de maior articulação com as seccionais, para que os gestores apoiem a participação dos servidores nas capacitações. Observou que, quando um servidor falta, a vaga é perdida e deixa de atender alguém que estava na lista de espera. Enfatizou a importância de identificar onde está esse “gargalo” e trabalhar junto às unidades para fortalecer a participação nas atividades formativas — especialmente agora, com a ampliação das ofertas nas unidades regionais, o que tende a reduzir custos de deslocamento.

A Sra. Luiza Regadas apresentou ainda a pauta referente às visitas técnicas realizadas pelo Arquivo Nacional em instituições específicas, voltadas tanto ao diagnóstico das necessidades locais quanto ao desenvolvimento de cursos personalizados *in company*. Explicou que, quando uma unidade seccional identifica uma demanda particular, basta entrar em contato via SOT para solicitar a visita: a equipe técnica do Arquivo Nacional avalia presencialmente a realidade do órgão, identifica necessidades específicas e, a partir disso, é possível estruturar um formato de capacitação sob medida. Para 2026, está em planejamento a ampliação dessas ações *in company*. Reforçou que, havendo um grupo de servidores interessado o curso pode ser organizado e, inclusive, aberto a outros órgãos da mesma região, tornando a atividade mais produtiva e alinhada ao contexto local.

Na sequência, a Sra. Luciana Dutra, representante do Ministério da Cultura, fez considerações importantes sobre a temática da capacitação. Destacou que a falta de antecedência na liberação da agenda das oficinas prejudica significativamente a participação dos servidores, especialmente quando as atividades ocorrem fora de Brasília. Explicou que já recebeu confirmação de vaga com apenas uma semana de antecedência, o que inviabiliza toda a articulação interna necessária para viagens. Reforçou que, para que os órgãos possam liberar servidores, é indispensável um prazo adequado.

Além disso, a Sra. Luciana solicitou que convites para eventos, reuniões e comunicações oficiais sejam enviados por meio de ofício institucional, e não apenas por e-mail. Argumentou que mensagens informais podem facilmente se perder, ainda mais em situações de transição de equipes.

Ela relatou que chegou a solicitar o envio do formulário do LSA anteriormente preenchido, na tentativa de aproveitar informações já registradas e agilizar o novo preenchimento. No entanto, foi informada de que o Arquivo Nacional não possuía esse documento, pois estava sob responsabilidade individual da pessoa que o havia elaborado, e não institucionalizado no órgão. Destacou que considerou essa situação extremamente inadequada, especialmente tratando-se do órgão responsável pela gestão documental da Administração Pública Federal. Ressaltou que a ausência desse registro compromete inclusive processos sensíveis, como a distribuição de GSISTEs, já que informações essenciais permanecem vinculadas ao indivíduo e não devidamente arquivadas pelo órgão.

Por fim, reforçou que o principal obstáculo para a participação dos servidores nas capacitações não é o custo de diárias e passagens, mas sim o tempo necessário para tramitação interna. Mesmo quando há recursos disponíveis, a liberação depende de múltiplas instâncias dentro do órgão, o que exige antecedência adequada. Segundo ela, a falta dessa antecedência foi a razão pela qual diversos servidores relataram “perder o prazo” para participar das oficinas.

A Sra. Paola Bittencourt informou que o Arquivo Nacional passou a abrir as inscrições das oficinas com cerca de 45 dias de antecedência. Essa medida foi adotada justamente porque muitos participantes vêm de outros estados e precisam solicitar diárias e passagens, cujo trâmite nos órgãos costuma exigir entre 10 e 15 dias, conforme a regra geral da administração pública.

Explicou que, nos casos em que a confirmação chega mais próxima da data da oficina, geralmente ocorre porque o servidor estava na lista de espera. Disse que quando há desistência de algum inscrito, os nomes são automaticamente convocados conforme a ordem dessa lista. Destacou ainda que a confirmação de participação possui um prazo pactuado com a divisão de capacitação — em regra, até cinco dias após a inscrição — e que, caso esse retorno não ocorra dentro desse prazo, significa que a pessoa permaneceu na lista de espera até surgir uma vaga. Pontuou que como o Arquivo Nacional não controla o momento em que cada órgão comunica sua desistência, podem ocorrer situações em que a liberação da vaga aconteça tarde no processo. Diante disso, a Sra. Luiza Regadas sugeriu que o sistema passe a enviar uma notificação automática para informar aos inscritos que estão em lista de espera.

Sobre a questão da formalização dos comunicados, especialmente no caso do levantamento citado, a Coordenadora do Siga ressaltou que cada ministério possui uma dinâmica própria: em alguns, ofícios enviados à Secretaria Executiva acabam se perdendo antes de chegar à unidade de arquivo. Por isso, o Arquivo Nacional passou a priorizar o envio por e-mail, pois dessa forma há maior garantia de que a mensagem chegue diretamente ao responsável. Ainda assim, ela destacou que existe a possibilidade de utilizar simultaneamente ofício e e-mail, caso seja a alternativa mais adequada.

O Sr. Fernando Matias reforçou a importância de manter atualizadas as informações de contato, especialmente no caso dos presidentes das Subsigas. Frisou que a comunicação oficial com os membros é oficial e precisa ser feita diretamente com as pessoas, e não apenas com e-mails institucionais genéricos. Enfatizou que, quando há mudança de representantes, é essencial que o órgão comunique o Arquivo Nacional formalmente. Ressaltou, ainda, que a rotatividade é comum e que a atualização dos dados dos membros — tanto dos presidentes quanto dos demais integrantes — deve ser contínua para evitar falhas de comunicação.

Por fim, a Sra. Mônica Lima, presidenta da CCSiga, agradeceu a presença e a participação de todos, bem como as contribuições, sugestões e comentários apresentados ao longo da reunião. Ressaltou que o diálogo permanente, aliado à escuta qualificada e à cooperação entre as instituições, é essencial para o aprimoramento contínuo das ações desenvolvidas no âmbito do Siga. Destacou, ainda, que esse esforço conjunto reforça o cumprimento da missão institucional e contribui para que a administração pública federal atue com mais qualidade, eficiência e capacidade de resposta às demandas da população.

5. APROVAÇÃO

Segue o presente Registro de Reunião assinado eletronicamente.

No caso de algum participante externo não possuir credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os participantes internos signatários **certificam** que os participantes externos acima identificados participaram da reunião e tomaram conhecimento do teor deste documento.

Registro elaborado por: Emanuela Cristina Dias Silva Bastos



Documento assinado eletronicamente por **Emanuela Cristina Dias Silva Bastos, Analista Técnico de Políticas Sociais**, em 08/12/2025, às 18:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monica Lima e Souza, Diretora-Geral do Arquivo Nacional**, em 10/12/2025, às 09:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.arquivonacional.gov.br/autentica>, informando o código verificador **0501168** e o código CRC **6DD0131B**.

Referência: Processo nº 08227.000748/2025-26

SEI nº 0501168

Setor de Indústrias Gráficas (SIG), Quadra 06, lote 800, , Brasília/DF, CEP - <http://www.arquivonacional.gov.br>

Criado por [emanuela.bastos](#), versão 32 por [emanuela.bastos](#) em 08/12/2025 18:10:59.